



A Carga Tributária do Setor da Construção

Relatório de Trabalho

Avenida Paulista, 548 – 8º andar - CEP: 01310-000 – São Paulo – SP
Fones: (011) 3281-7784 / 7785 / 7885 / 7915 - Fax: (011) 3281-7891
www.gvconsult.com.br - gvconsult@fgvsp.br

I. Introdução

Quando se iniciou o debate sobre a reforma tributária, havia uma grande expectativa de que o resultado pudesse representar um alívio imediato para trabalhadores e empresários. Mas além dessa expectativa, havia também uma grande demanda de governadores e prefeitos penalizados pela redução da arrecadação verificada em razão do nível de atividades deprimido. No final, os caminhos que foram delineados parecem mostrar que alguns dos resultados desejados pela sociedade ainda não serão alcançados no curto prazo, quais sejam: redução da carga fiscal e simplicidade do sistema.

O presente estudo, realizado pela equipe de pesquisadores das escolas de Economia e de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, tem por objetivo identificar o valor dos tributos e contribuições pagos pelos setores de atividade da economia brasileira, destacando o setor da construção. A análise refere-se aos anos fiscais de 2000, 2001 e 2002 e emprega dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE e da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC).

II. O setor da construção em números

Antes de discutirmos a carga tributária dos setores da economia e, em particular do da construção, vejamos alguns dados que permitem situar o setor da construção na economia nacional.

Em 2003, o valor adicionado da construção somou R\$ 100,9 bilhões, o que representou cerca de 6,5% do PIB do país. Essa participação é a menor desde 1992, reflexo dos sucessivos anos de crise que abalam o setor. Nos três últimos anos (2001, 2002, 2003), o produto da construção registrou taxas de variação real negativas: -2,66% em 2001, -1,85% em 2002 e -5,19% em 2003. Ou seja, houve uma queda acumulada de 9,4% nesse período.

O ano de 2000 foi o último de crescimento do período recente. Segundo estudo realizado pela FGV(2002), em 2000 o valor adicionado da construção totalizou R\$ 88,912 bi-

lhões, cerca de 8,07% do PIB e o produto do macrossetor, que engloba toda a indústria de materiais de construção e demais fornecedores de insumos, totalizou R\$ 157,889 bilhões ou 14,46 do PIB%. Nesse ano, o setor chegou a ocupar mais de 4 milhões de pessoas, o que representava 6,3% da população economicamente ativa (PEA). Deste total 1,237 milhão eram trabalhadores com carteira. E quando se consideram as demais pessoas envolvidas com a atividade da cadeia produtiva da construção, o volume de ocupados chegava a quase 5,8 milhões, ou 8,9% da PEA. Em 2003, o número de trabalhadores com carteira caiu para 1,156 milhão, ou seja, havia decrescido 7%.

O estudo realizado pela FGV mostrou também que a construção está entre dez setores que mais geram emprego por unidade monetária investida e possui um elevado poder de encadeamento na economia. Para cada R\$ 1 milhão investidos no setor são gerados 26 empregos diretos e outros 11 indiretos. Os multiplicadores de renda confirmam esse poder de encadeamento. A cada R\$ 1.000,00 investidos na construção, são gerados R\$ 561,54 de renda no próprio setor. Além desse valor adicionado no próprio setor, são gerados outros R\$ 219,50 nos setores fornecedores de matérias-primas para a construção, totalizando R\$ 781,04 de renda direta e indireta adicionada com o investimento. Quando se considera a produção e renda que são induzidos por esses R\$ 781,04, o efeito total desse investimento em obras e serviços da construção, supera os próprios R\$ 1.000,00 investidos; atingem R\$ 1.384,87, o que corresponde a um efeito induzido de R\$ 603,84.

A partir desses coeficientes e multiplicadores podemos estimar o impacto dos investimentos no setor. Por exemplo, um aumento de R\$ 1 bilhão no dispêndio com produtos e serviços da construção seria capaz de gerar 26 mil empregos diretos e elevaria em R\$ 781 milhões o valor adicionado pela cadeia produtiva da construção. Por sua vez, esse aumento de emprego e renda possibilitaria um incremento total (direto, indireto e induzido) do valor adicionado na economia brasileira de R\$ 1.384,87 milhão e a criação de 84 mil postos de trabalho.

III. A carga tributária no setor da construção

A criação de novos tributos e a elevação de alíquotas dos já existentes tem contribuído para um aumento significativo da carga tributária nos últimos anos. De acordo com o Relatório da FGV-FESESP (2004), em 2000 e 2001 a carga tributária chegou ao patamar de 31,6% e 33,4% do PIB, respectivamente e em 2002 atingiu o pico da história tributária do país: 34,9% do PIB. A tabela 1 apresenta a carga tributária bruta por setor produtivo, para os principais segmentos de atividade nos anos de 2000, 2001 e 2002.

A tabela permite observar que em quase todos setores houve aumento da carga tributária entre 2000 e 2002. A carga tributária é medida pela relação entre o total de tributos pagos e produto do setor (%VA). Em 2002, os setores com os patamares mais elevados eram a indústria automobilística e o setor de transportes. A construção civil está entre os setores que possuem uma carga tributária abaixo da média do país: 27,6% do VA em 2002. Ou seja, o total de tributos pagos pelo setor como proporção do produto ficou abaixo da média do país. Isso ocorre porque no produto da construção civil existe uma participação grande de segmentos informais (auto-construção). No entanto, quando se considera a arrecadação do setor em relação ao total da arrecadação de todos setores, é possível notar que a construção civil é o segundo maior contribuinte do país, ficando atrás apenas do comércio.

Tabela 1. Carga Tributária Total como percentual do Valor adicionado
Por segmento de atividade da economia – R\$ mil

	2000			2001			2002		
	Arrecadação	%	%VA	Arrecadação	%	%VA	Arrecadação	%	%VA
Comércio	25.728.738,05	11,65	35,62	29.584.682,29	11,75	37,26	32.879.348,00	11,06	35,66
Construção civil	21.119.483,78	9,56	23,75	23.618.901,68	9,38	26,01	26.363.836,00	8,87	27,62
Instituições financeiras	18.527.201,32	8,39	34,71	19.256.227,29	7,65	27,46	23.736.383,00	7,99	25,75
Refino do petróleo	9.157.395,95	4,15	34,35	10.183.721,18	4,05	28,60	19.789.764,00	6,66	44,48
Serv. prestados às famílias	15.132.113,70	6,85	24,82	17.748.730,21	7,05	28,87	19.656.076,00	6,61	32,18
Administração pública	14.555.961,78	6,59	9,10	15.223.836,79	6,05	8,78	19.655.294,00	6,61	10,03
Serv. Prest. às empresas	14.038.982,44	6,35	36,54	16.629.923,22	6,61	37,10	19.247.104,00	6,48	34,85
Transportes	12.156.024,90	5,50	45,87	14.587.867,27	5,80	50,85	16.136.259,00	5,43	52,20
Serv. Ind. de util. pública	11.210.430,23	5,07	32,90	12.753.726,82	5,07	32,87	14.718.082,00	4,95	34,06
Agropecuária	7.826.464,50	3,54	10,00	8.951.483,07	3,56	10,03	11.023.600,00	3,71	10,51
Comunicações	6.989.256,05	3,16	26,05	8.903.839,50	3,54	28,26	10.471.960,00	3,52	32,15
Máquinas e tratores	4.854.571,16	2,20	19,95	5.889.395,35	2,34	21,41	6.586.317,00	2,22	19,92
Papel e gráfica	3.900.461,03	1,77	26,10	4.606.321,82	1,83	30,94	5.088.081,00	1,71	32,67
Outros produtos alimentares	3.506.863,84	1,59	32,14	3.893.038,08	1,55	36,77	4.482.285,00	1,51	40,60
Outros veículos e peças	3.536.510,39	1,60	39,33	3.966.994,88	1,58	41,45	4.367.552,00	1,47	46,87
Outros metalúrgicos	3.345.512,06	1,51	35,35	3.924.909,85	1,56	38,81	4.330.411,00	1,46	38,23
Siderurgia	2.850.012,85	1,29	27,18	3.008.179,00	1,20	27,13	3.752.572,00	1,26	22,72
Químicos diversos	3.146.883,47	1,42	37,96	3.184.723,29	1,27	36,36	3.611.204,00	1,21	30,95
Minerais não-metálicos	2.462.177,58	1,11	26,72	3.002.648,24	1,19	30,14	3.386.619,00	1,14	28,51
Aut., caminhões e ônibus	2.638.578,94	1,19	34,95	3.119.954,74	1,24	40,55	3.315.746,00	1,12	52,44
Aluguel de imóveis	2.409.058,04	1,09	1,93	2.744.896,64	1,09	2,15	3.071.439,00	1,03	2,26
Serv. privados não-mercantis	2.101.654,08	0,95	18,39	2.640.720,78	1,05	20,28	2.934.013,00	0,99	20,20
Abate de animais	1.923.049,99	0,87	41,36	2.477.489,30	0,98	39,79	2.814.889,00	0,95	40,02
Benef. de prod.vegetais	1.901.445,90	0,86	31,38	2.265.205,94	0,90	42,22	2.775.828,00	0,93	35,81
Extração de petróleo e gás	1.938.157,48	0,88	8,94	2.171.763,30	0,86	8,49	2.640.281,00	0,89	7,78
Madeira e mobiliário	1.963.100,42	0,89	28,90	2.247.662,49	0,89	29,35	2.606.826,00	0,88	28,88
Elementos químicos	1.845.885,33	0,84	19,78	2.131.072,96	0,85	21,77	2.477.490,00	0,83	22,56
Indústria têxtil	2.161.527,56	0,98	44,35	2.276.298,47	0,90	52,67	2.441.241,00	0,82	48,31
Farmacêutica e de perfumaria	2.228.810,39	1,01	29,07	2.244.504,66	0,89	30,35	2.365.490,00	0,80	32,57
Material elétrico	1.858.959,13	0,84	42,25	2.473.932,59	0,98	45,87	2.269.866,00	0,76	49,36
Equipamentos eletrônicos	1.576.707,10	0,71	23,48	1.897.972,45	0,75	32,18	2.020.659,00	0,68	28,84
Artigos de plástico	1.577.159,46	0,71	36,80	1.674.855,62	0,67	39,17	1.829.823,00	0,62	40,56
Fabricação de óleos vegetais	1.103.157,95	0,50	41,63	1.287.816,27	0,51	34,95	1.820.949,00	0,61	34,56
Artigos do vestuário	1.692.873,33	0,77	22,16	1.571.413,27	0,62	22,90	1.704.335,00	0,57	23,02
Metalurgia não-ferrosos	1.440.510,89	0,65	33,53	1.546.939,81	0,61	34,20	1.701.699,00	0,57	29,95
Extrativa mineral	881.335,10	0,40	24,53	1.389.785,04	0,55	28,31	1.701.531,00	0,57	25,12
Indústria da borracha	969.457,27	0,44	26,58	1.265.015,51	0,50	32,76	1.507.455,00	0,51	30,80
Indústria diversas	1.224.191,96	0,55	24,60	1.384.134,12	0,55	25,60	1.485.929,00	0,50	25,68
Fabricação de calçados	957.365,12	0,43	31,32	1.149.620,98	0,46	28,96	1.307.365,00	0,44	27,26
Indústria de açúcar	869.646,74	0,39	29,64	1.108.584,08	0,44	23,77	1.256.115,00	0,42	22,82
Indústria de laticínios	874.252,05	0,40	37,09	908.754,05	0,36	38,03	991.389,00	0,33	39,40
Indústria do café	733.040,99	0,33	24,16	805.849,30	0,32	26,00	922.340,00	0,31	25,46
Total	220.914.970,29		31,61	251.703.392,21		33,36	297.245.445,00		34,88

Fonte:GV Consult (2003)

A tabela 2 apresenta a participação dos diversos tributos no valor adicionado da construção civil em 2000, 2001 e 2002.

Tabela 2. Carga Tributária Total da Construção Civil
Por Imposto – R\$ mil

	Valor do imposto			Participação do imposto no total pago pelo setor			Carga sobre VA do setor		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002
ICMS	8.746.361	9.770.508	11.222.542	41,41%	41,37%	42,57%	9,84%	10,76%	11,76%
IPI / ISS	3.094.118	3.355.020	3.625.032	14,65%	14,20%	13,75%	3,48%	3,70%	3,80%
Imp. Importação	407.639	437.546	400.557	1,93%	1,85%	1,52%	0,46%	0,48%	0,42%
Outros específicos	90.364	91.157	96.235	0,43%	0,39%	0,37%	0,10%	0,10%	0,10%
Outros imp. s/ produção	4.925.871	5.503.495	5.687.730	23,32%	23,30%	21,57%	5,54%	6,06%	5,96%
IPTU	39.911	44.560	44.843	0,19%	0,19%	0,17%	0,04%	0,05%	0,05%
IPVA	93.598	106.035	121.607	0,44%	0,45%	0,46%	0,11%	0,12%	0,13%
CPMF	435.272	504.026	567.543	2,06%	2,13%	2,15%	0,49%	0,56%	0,59%
Previdência e FGTS	2.575.214	2.758.412	3.174.563	12,19%	11,68%	12,04%	2,90%	3,04%	3,33%
IPRJ	535.625	800.701	1.080.268	2,54%	3,39%	4,10%	0,60%	0,88%	1,13%
CSLL	175.510	247.442	342.915	0,83%	1,05%	1,30%	0,20%	0,27%	0,36%
Total	21.119.484	23.618.902	26.363.835	100,00%	100,00%	100,00%	23,75%	26,01%	27,62%

Fonte:GV Consult (2003)

Pode-se notar que o ICMS é responsável pela maior parte da arrecadação do setor (42,6%). Vale destacar que em “outros tributos sobre a produção”, com participação de 5,5%, 6,1% e 6% do VA, em 2000, 2001 e 2002, respectivamente, estão incluídos o COFINS e PIS/PASEP.

Outro grupo importante é formado pelos chamados encargos sociais incidentes sobre a mão-de-obra (previdência e FGTS). No entanto, a despeito do elevado peso dos encargos nos custos setoriais (50%), os setores informais puxam a participação dos encargos sociais no total dos tributos do setor.

O estudo estimou também a carga tributária paga por componentes da demanda, quais sejam: o setor produtivo, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques, as exportações, as famílias, o próprio governo e à renda imputada ao setor financeiro. Segundo as estimativas da FGV, 63% da carga tributária do país recaem sobre o setor produtivo nacional.